

Da carta de Alagoa Grande às formas da cultura política: notas sobre a participação de jovens na cena pública (PB – Brasil, 1987-2014)

José dos Santos Costa Júnior¹

Resumo: Problematizo a participação juvenil na Paraíba a partir do Seminário Fala Juventude! Jovens construindo e exercendo cidadania, realizado em 2014 pelo Centro de Ação Cultural (CENTRAC), uma organização não governamental criada em 1987 por estudantes universitários envolvidos na redemocratização na cidade de Campina Grande – PB. Leio o arquivo institucional na interlocução com o conceito de “cultura política”, situando as cenas do seminário em sua historicidade. Discuto, a partir da perspectiva metodológica da análise do discurso e do diálogo com as Ciências Sociais, a pluralidade das juventudes e culturas políticas em que se situam e em relação às quais criam formas de incidência.

Palavras-chave: CENTRAC; Cultura política; Políticas de Juventude; História do Tempo Presente.

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3276624670972058> E-mail: costa.junior@urca.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0629-3217>

Da carta de Alagoa Grande às formas da cultura política: notas sobre a participação de jovens na cena pública (PB – Brasil, 1987–2014)

JÚNIOR. J. S. C.

From the Alagoa Grande letter to the forms of political culture: notes on the participation of young people in the public scene (PB – Brazil, 1987–2014)

Abstract: I problematize youth participation in Paraíba based on the Seminar Fala Juventude! Young people building and exercising citizenship, carried out in 2014 by the Cultural Action Center (CENTRAC), a non-governmental organization created in 1987 by university students involved in redemocratization in the city of Campina Grande – PB. I read the institutional archive in dialogue with the concept of “political culture”, placing the seminar scenes in their historicity. I discuss, from the methodological perspective of discourse analysis and dialogue with Social Sciences, the plurality of youth and political cultures in which they are located and in relation to which they create forms of advocacy.

Keywords: CENTRAC; Political culture; Youth Policies; History of the Present Time.

Introdução

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas e não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.).

Michel Foucault, O Cuidado com a Verdade, 1984, p. 236.

Era 2014 e desde o ano anterior a juventude vinha sendo um tema recorrente em várias narrativas culturais no Brasil. Não seria arriscado dizer que em 2013 e 2014 a juventude estava em evidência. Durante a quaresma, entre os dias 13 de fevereiro e 28 de março de 2013, foi lançada a Campanha da Fraternidade, coordenada pela *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)*, cujo tema era *Fraternidade e Juventude* e o lema *Eis-me aqui, envia-me*; logo depois, as assim chamadas *Jornadas de Junho*, se constituíram a partir da intensa e inédita mobilização de jovens brasileiros a partir das redes sociais digitais, tais como *Facebook* e *Twitter* (atualmente *X*), tendo no aumento do preço do transporte público em São Paulo o disparador, ganhando imensa repercussão, articulando outras temáticas e se capilarizando por todo o país; no Rio de Janeiro, entre os dias 23 e 28 de junho, ocorreu a *Jornada Mundial da Juventude (JMJ)*, articulando 3,7 milhões de fiéis, sendo a primeira JMJ realizada sob o comando do Papa Francisco e a segunda edição realizada na América do Sul; em 5 de agosto daquele ano foi promulgado o *Estatuto da Juventude*, configurando-se como marco legal importante na construção de políticas públicas específicas para este segmento populacional e como parte de uma *Política Nacional de Juventude (PNJ)* em construção desde 2004; no horário nobre da *Rede Globo* podia-se assistir à telenovela *Salve Jorge*, cuja protagonista Morena abordava uma questão social

de primeira ordem: o tráfico de jovens mulheres para fins de exploração sexual na Turquia, denunciando um “comércio” que movimentava à época cerca de 30 bilhões de dólares, anualmente, de acordo com o Ministério Público do Maranhão.

Por sua vez, em 2014 podia-se assistir *Geração Brasil*, uma novela das sete que tinha na relação entre juventude e tecnologia o seu enredo, podendo-se ouvir MC Guimé cantar o tema de abertura com a promessa do país do futebol aos jovens de periferia; em outubro, chegava às telas o filme *Boyhood – da infância à juventude*, de Richard Linklater; por todo o país iam sendo criadas as células estaduais e municipais do *Plano Juventude Viva*, criado em 2012 pela presidenta Dilma Rousseff a partir da articulação interministerial e do reconhecimento da gravidade do extermínio da juventude negra e pobre, algo documentado desde o fim dos anos 1990 com estatísticas de abrangência nacional pelo *Mapa da Violência*, coordenado pelo sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz. Em 25 de junho havia sido sancionado o *Plano Nacional de Educação*, com duração prevista para 2014-2024, rearticulando a política de ensino desde a educação infantil à pós-graduação, redefinindo assim a relação entre escolarização e juventude. Apresentou um conjunto ambicioso de metas cuja viabilidade e consecução seria comprometida pela crise político-institucional que se acentuou desde o segundo semestre de 2014, agravou-se em 2016, por meio do Golpe de Estado de caráter midiático-parlamentar que urdiu um *impeachment* fraudulento contra a presidenta Dilma Rousseff, e se deparou com a pandemia de COVID-19 em 2020 com o fechamento de escolas, universidades, comércio em geral etc., em um *lockdown* (confinamento) que agravou a educação e a economia de forma decisiva.

Da dispersão de enunciados se percebe a multiplicidade de entradas possíveis no tema da juventude, lida e dada a ler a partir de diferentes marcadores sociais de raça, classe, etnia, geração, gênero e sexualidade, região etc. Sem ter a

menor intenção de produzir uma genealogia da juventude como “questão social” nestas páginas, talvez seja o caso de expressar, logo de saída, que este texto tem, antes de tudo, a minha memória como um ponto de partida. Não faz tanto tempo assim que saí da faixa etária definida pelo Estatuto da Juventude como “jovem”, isto é, entre 15 e 29 anos. O fato mais importante é que foi durante a minha adolescência e juventude que dei alguns passos na construção de um pertencimento político ao movimento de direitos humanos e em prol de políticas públicas para o segmento infanto-juvenil.

Aos 17 anos ingressei na organização não governamental *Pró-Adolescentes, Mulher, Espaço e Vida (PROAMEV)*, localizada na zona sul da cidade de Campina Grande – PB, realizando ações de formação e mobilização com temas relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes, trabalho infantil, protagonismo etc. A minha inserção se deu a partir de fevereiro de 2007 e por lá permaneci, inicialmente como educando e depois como jovem educador, até 2015. Assim, a partir de 2008 me inseri nas atividades de formação política que eram promovidas pelo *Centro de Ação Cultural (CENTRAC)*, uma organização não governamental criada na cidade de Campina Grande no ano de 1987 por jovens estudantes universitários envolvidos no movimento pela redemocratização do país. O *CENTRAC* foi criado em um momento profundamente simbólico e de muita mobilização social, isto é, o período entre os meses de fevereiro de 1987 e outubro de 1988, quando foi gestada e promulgada com ampla participação da sociedade civil a chamada *Constituição Cidadã*.¹

Foi, portanto, a partir da minha inserção no canteiro das organizações e movimentos sociais que pude criar repertório político, técnico e um olhar eticamente orientado sobre as temáticas da infância e juventude. Participei como delegado nos âmbitos municipal e estadual da *2ª Conferência Nacional de Juventude*, cujo tema foi *Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos* e o

lema era: *Conquistar direitos, desenvolver o Brasil*, tendo sido realizada a etapa nacional em Brasília entre os dias 9 a 12 de dezembro de 2011.

Depois, como universitário, fiz esforços para articular a militância com a formação acadêmica voltada para a pesquisa e ensino, inserindo-me no campo de investigações sobre infância e juventude no Brasil. O campo de estudos sobre as juventudes tem crescido consideravelmente desde os anos 1960 e 1970. Isso tem ocorrido a partir de diferentes abordagens interdisciplinares das Ciências Sociais (Ciência Política, Antropologia e Sociologia), História, Literatura e assim por diante. Pensar as juventudes em suas diferentes expressões e pertencimentos em termos de classe social, gênero, sexualidade, etnia e raça têm sido algo fundamental para ampliar e fortalecer essa concepção plural sobre a condição de “ser jovem” como algo histórico, situado, repertoriado a partir de condicionamentos e tensões variadas entre a estrutura social e as (im)possibilidades de agência individual.ⁱⁱ

Se por um lado a provocação pronunciada por Pierre Bourdieu (2019) acerca do caráter fictício e arbitrário da identidade etária e da divisão entre jovens e velhos na sociedade se tornou clássica e amplamente citada, não é menos pertinente a resposta que lhe foi dada por Mario Margullis e Marcelo Urresti (1996) sobre as complexidades de abordar as tensões entre as gerações e as distintas experiências do que é ser definido como jovem, reconhecer-se como e tornar-se um. Desnaturalizar a condição juvenil em termos históricos se torna algo relevante na agenda de pesquisa histórica e social, uma vez que torna possível estranhar o raciocínio linear que organiza nossa concepção de sociedade, desenvolvimento, progresso, nação, população e nisso a própria definição de faixas etárias como constitutivas do ciclo de vida humana desde a primeira infância à velhice (Nandy, 2015). De todo modo, historiadores como Philippe Ariès (2006) ou Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (1996) mostraram como as infâncias e as juventudes foram sendo tomadas como objeto de definição e interesse sociopolítico de maneira

gradual desde o século XVIII, abrindo espaço para uma profícua historiografia da infânciaⁱⁱⁱ. Tais estudos nos mostram também que se ampliarmos o caleidoscópio pode-se ver múltiplas outras maneiras de viver a condição infanto-juvenil em momentos mais recuados como a Idade Média e a Antiguidade.

Neste texto pretendo problematizar os discursos sobre as juventudes e as políticas destinadas a este segmento por meio dos textos, imagens e sonoridades que emergem do arquivo institucional do *CENTRAC* sobre o *Seminário Fala Juventude! Jovens construindo e exercendo cidadania*, realizado entre os dias 22 e 24 de agosto de 2014 no *Centro de Formação de Professores de Alagoa Grande* – PB. Em termos metodológicos, não compreendo por discurso o texto, a foto ou a estatística tomadas isoladamente, mas uma prática social mais ampla e complexa que articula linguagem e realidade, recortando formas de ver, fazer ler e tornar inteligível na ordem do discurso determinadas camadas de sentido, oportunizando ou não a configuração discursiva de certos objetos do saber. Assim, penso o discurso na ótica proposta por Michel Foucault (2016) para nos fazer pensar sobre o fato de que o discurso sobre a juventude cidadã, participativa e protagonista de sua própria história é algo pelo que se luta e se quer fazer ver e tornar legítimo na cena pública, viabilizando assim formas de ingresso e permanência em instituições e serviços, assim como ampliando os direitos individuais e coletivos historicamente conquistados com a participação dos jovens do passado e do presente.

Mobilizando recortes do acervo institucional do *CENTRAC*, procuro pensar sobre as singularidades desse encontro tomado aqui como acontecimento discursivo, pois além da articulação corpo a corpo que gerou entre jovens de distintas regiões e com variadas experiências, ele também quis tornar visível um pronunciamento dessas juventudes aos candidatos/as ao governo do estado da PB nas eleições daquele ano. Ora, como o seminário articulou essas juventudes

para pensar a política estadual? A partir de que condições materiais, técnicas e comunicacionais esse encontro se realizou e produziu a Carta de Alagoa Grande? Como ela se organiza interna e externamente em um cenário marcado por disputas de sentido sobre o que era ser jovem e de quais direitos esse sujeito seria titular? Que concepções sobre política apareceram naquele seminário? Como o arquivo institucional permite ler sentidos sobre comportamento político e participação juvenil? Além disso, que condições discursivas mediaram esse arquivo a partir de interdições e possibilidades singulares sobre a juventude como “questão”?

A reflexão sobre tais aspectos insere este texto no amplo campo de debates sobre cultura política, termo que emergiu inicialmente no campo da Ciência Política estadunidense com a obra *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations* (1963), de Gabriel Almond e Sidney Verba. A preocupação central ali era estudar as condições que geram e mantêm estável um regime político, sendo necessário para isso entender os processos de socialização e aí localizar os tipos de relação e significado que os indivíduos e grupos sociais atribuem ao sistema político. Segundo os autores, haveria então três tipos de orientações a partir das quais se poderia ler essa avaliação subjetiva: a) uma *orientação cognitiva*, baseada nas crenças e conhecimentos acerca do sistema político e sua relação com os indivíduos; b) uma *orientação afetiva*, constituída a partir de sentimentos e afetos individuais sobre o referido sistema; c) uma *orientação valorativa*, quando o indivíduo consegue articular o aspecto cognitivo e afetivo para emitir um julgamento sobre o sistema político e seu funcionamento.^{iv}

Os autores estudaram os elos entre a dimensão micropolítica (ação individual) e macropolítica (estruturas políticas) a partir de dados de cinco países: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, Itália e México. A obra propôs o conceito

de cultura cívica para descrever o padrão máximo da estabilidade de um sistema democrático, baseado na participação ativa e racional dos cidadãos como resultado do acúmulo de experiências do que viveu em outras instâncias de socialização como família, trabalho, escola. Esta experiência de uma cultura cívica teria emergido pela primeira vez na Grã-Bretanha.

Como todo clássico, de lá para cá houve críticas em relação ao modelo analítico proposto por Almond e Verba, sendo sintetizadas assim: a) indicou-se um possível determinismo cultural que estaria presente em suas formulações; b) uma ideia implícita de que os sistemas britânico e estadunidense eram superiores aos demais de acordo com o modelo comparativo proposto; c) o caráter etnocêntrico dessa formulação teórica estadunidense; d) a tipologia proposta apresenta três modelos de cultura política “paroquial, súdita ou participante”,^v soando reducionista e eivada por um esquematismo funcionalista que reduzia a complexidade das realidades em estudo^{vi}. Assim como ao termo juventude foi acrescido o “s” para elucidar seu caráter plural e polimorfo, também ocorreu o mesmo com a ideia de “cultura política”, pois ao longo dos anos os especialistas foram reconhecendo a importância de olhar para o caráter histórico e variado que as culturas políticas assumem de país para país^{vii}. Assim, dentro de uma mesma nação inexistem uma forma homogênea e unilateral de cultura política. Em função das divisões e tensões regionais e de agenda política, cultural e partidária, as culturas políticas vão variando e coexistindo em um campo de negociação permanentemente questionado e cindido.

De acordo com Eliana Dutra (2002), em razão de mudanças de caráter metodológico no campo de estudos da cultura política – com a força da hermenêutica cultural de um Clifford Geertz ou da Sociologia Compreensiva de um Max Weber – foram perdendo espaço os modelos interpretativos com pretensões universais. Ao comentar a análise que Daniel Cefali realiza acerca disso, ela diz:

[Daniel Cefali] mostra o vigor e a pluralidade de análises que recusaram pensar a cultura política através de modelos gerais, comportamentalistas ou formalistas baseados em sistemas de oposição estanques, tais como modernidade/tradição, desenvolvimento/atraso político, para, através do tríptico “experiência, sensibilidade e sociabilidade” se interrogar sobre a ancoragem social das várias culturas políticas, mostrando que nelas “todo tipo de lógica, de racionalidade e de legitimidade coexistem e se combinam, sem que possamos lhes dissociar claramente.”^{viii}

Ao ampliar a gama de possibilidades de estudo sobre cultura política, torna-se necessário então definir conceitualmente este termo. Neste sentido, um autor importante nesse debate tem sido Serge Berstein, que discute o conceito do seguinte modo:

Porque a noção é complexa, a sua definição não poderia ser simples. Pode-se admitir, com Jean-François Sirinelli^{ix}, que se trata de «uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas» Desta definição, reteremos dois factos fundamentais: por um lado, a importância do papel das representações na definição de uma cultura política, que faz dela outra coisa que não uma ideologia ou um conjunto de tradições; e, por outro lado, o carácter plural das culturas políticas num dado momento da história e num dado país.^x

Portanto, considerando-se que a história do *CENTRAC* esteve desde a sua criação vinculada aos debates sobre a redemocratização brasileira, cabe enfatizar que diferentemente de outras organizações, o *CENTRAC* debateu a democracia enfatizando o carácter econômico-social do regime democrático. Ao se tornar conhecida como organização voltada para a formação política e a incidência no orçamento público, fica clara a sua concepção não liberal de democracia. Além disso, pode-se ver o seu enfoque no orçamento como elemento estruturante de

toda e qualquer agenda pública como um traço da cultura política de que participou e vem participando. Assim, cabe indagar: que concepção de cultura política emerge da malha textual e imagética do *CENTRAC*? Que tipo de concepção sobre cultura política ancorou seu projeto de formação para a cidadania no qual o *Seminário Fala Juventude!* se inseriu?

Dedico as linhas a seguir a uma reflexão sobre tais questões.

Agenciar um encontro

No convite enviado por e-mail às diferentes organizações sociais, coletivos e movimentos sociais do litoral ao sertão pelo *CENTRAC*, lia-se que o encontro tinha os seguintes objetivos: “promover um debate sobre a conjuntura política com foco na construção de propostas de políticas públicas para as juventudes; partilhar leituras sobre a participação das juventudes nos espaços de poder na Paraíba e construir coletivamente uma pauta de demandas das juventudes da Paraíba para as eleições 2014”.

Vale considerar que este Seminário foi realizado no âmbito de um dos programas que constituíam o escopo de atuação da ONG, a saber, o *Programa Juventude e Participação Política*. Este programa desenvolvia naquele momento a campanha *Juventude Participa!* com ações de formação política e cultural para jovens de bairros periféricos de Campina Grande, tendo sido um marco em minha formação cidadã as oficinas das quais participei em 2009.^{xi} Em uma daquelas tardes de sábado quando discutíamos o lugar das juventudes no orçamento público, lembro ter feito algumas perguntas à educadora Patrícia Sampaio. Naquela tarde ela disse algo que me marcou decisivamente e que se tornou uma espécie de mantra: “é preciso sempre cultivar a nossa capacidade de se indignar”. Patrícia de Almeida Sampaio é uma socióloga formada pela Universidade Federal

da Paraíba (UFPB) que ingressou no *CENTRAC* em 2004 para atuar nas pautas sobre juventude, participação política e orçamento público.

Lembrando da sua fala e de tudo o que construímos depois em várias atividades, penso que os bons professores e educadores agem assim, sem saber e sem planejar, mas marcando nossas subjetividades e nos levando a desbravar caminhos novos. Ao longo dos anos estivemos empenhados em ações importantes na luta pelos direitos das juventudes, sendo um dos mais simbólicos a criação do *Conselho Municipal de Juventude (CMJ)* da cidade de Campina Grande, em 2011.

Figura 1 – Cartaz da campanha regional Te toca nos toca (CENTRAC/PMSS).



Fonte: www.centrac.org.br.

As ações locais do *CENTRAC* produzidas com e sobre as juventudes sempre estiveram presentes em um projeto mais amplo, pois desde 2003 a instituição passou a fazer parte da *Plataforma Mercosul Social e Solidário (PMSS)*, uma articulação de organizações não governamentais de países como Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile que atuam com diferentes temáticas como soberania alimentar, direitos das mulheres, mas também com o eixo políticas de

juventude. O seminário de 2014 contou com o apoio do PMSS, inseriu-se na campanha regional *Te toca, nos toca aunque no nos veas* sobre a participação na formulação e controle de políticas públicas, em cujo cartaz figurava jovens com punho erguido, em gesto recorrente sobre juventude e reivindicação política.

O encontro foi idealizado para um público composto por 70 jovens das diferentes regiões do estado. Logo no convite informava-se que “todos os custos com transporte, alimentação e hospedagem” seriam assumidos pela organização do evento. O local no qual se realizaria o seminário era um espaço de acomodação simples e por isso indicava-se que os participantes levassem lençóis e toalhas de banho. Além disso, na hospedagem havia serviço de *Wi-Fi*. O critério para participação no evento era ser jovem com idade entre 15 e 29 anos. Estes jovens faziam parte das organizações vinculadas ao *CENTRAC*. Da lista de inscritos constam 39 (trinta e nove) do sexo masculino, 29 (vinte e nove) do sexo feminino, além de 5 (cinco) jovens não nomeados e cuja identidade de gênero não podemos atribuir em razão de serem nomeados apenas como “*Jovem CCFD*”, em referência às participações juvenis vindas da França com apoio do *Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento (CCFD)*, a organização financiadora do projeto *CENTRAC/PMSS*. Além disso, também existem 3 (três) menções com a expressão “*Jovem Alagoa Grande*”. Assim, no total houve 76 (setenta e seis) participantes.

No Quadro 2 se pode ler quais organizações estiveram representadas no seminário e por quantos jovens. Todavia, em razão de esta lista ter sido construída também para fazer o controle dos ressarcimentos financeiros aos participantes que custearam suas passagens, há números diferentes do que a lista de “participantes jovens” sugere. Por exemplo, no item *CCFD* se lê que há um número maior de pessoas do que os cinco jovens franceses. Ali está disposto que foram com “transporte próprio”, sugerindo a não necessidade de ressarcimento em vista de o próprio *CCFD* custear isso.

Quadro 1 – Programação do Seminário Fala Juventude!

PROGRAMAÇÃO		
22 de agosto (sexta-feira)	23 de agosto (sábado)	24 de agosto (domingo)
18h00min: Acolhida e jantar	07h00min: café da manhã 08h00min às 09h00min: credenciamento 09h00min: Abertura e boas Vindas 09h10min: Apresentação dos/as participantes 09h40min: Construção do Mapa do Poder: A quem pertence o poder na Paraíba? Exposição dialogada/debate 12h00min: Almoço 14h00min: Retomada dos trabalhos – dinâmica de entrosamento 14h20min: Redirecionando o poder: Construção de propostas de e para as juventudes da Paraíba por eixos temáticos 19h00min: Jantar 20h30min: Noite cultural	07h00min: café da manhã 08h00min: Dinâmica de entrosamento 08h20min: Socialização das propostas por eixos temáticos 11h00min: complementação/validação das propostas 11h30min: leitura da carta política do seminário 11h50min: Encaminhamentos 12h30min: Almoço e encerramento

Fonte: Construído pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Estiveram presentes jovens com distintos pertencimentos sociais, organizados em instituições marcadamente influenciadas pela Igreja Católica, como é o caso da *Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP)* e *Pastoral da Criança*. Do espaço urbano houve aquelas juventudes integradas nas periferias, mobilizadas por *PROAMEV*, *Movimento Social da Juventude (MSJ)*, *Rede de Educação Cidadã (RECID)* e *Centro Acadêmico de Ciências Sociais da*

Universidade Federal de Campina (UFCG) e Associação de Juventude pelo Resgate da Cultura e Cidadania (AJURCC)^{xii}.

Esta última se refere a uma plataforma de organizações, coletivos e movimentos que compõem uma articulação regional com os estados da Paraíba e Ceará, contando com apoio de órgãos internacionais como União Europeia e *United Purpose*. Lembro bem dos três dias de evento marcados por muitos debates políticos, mas também pela atitude empática e aberta dos jovens ali presentes. Do ponto de vista do próprio funcionamento das atividades, há que se lembrar da mística do catolicismo e da educação popular que organizava os começos e fins das atividades, bem como os intervalos e horários para alimentação.

Quadro 2 – Organização social, território e representantes.

Organização ou Bairro	Nº de representantes
Catingueira	2
Bairro das Cidades	3
Rede de Educação Cidadã (RECID)	3
MSJ e RECID	2
PROAMEV	1
CRF Cruz do Espírito Santo	2
Alagoa Grande	1
Gestão CACS-UFCG	1
Coletivo SeCas	5
PJMP	1
REJU/Comunidade Quilombola do Matão/Gurinhém	5
PJMP e Pastoral da Criança – Alagoa Grande	1
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Matinhas	2
ACAJAMAN – Alagoa Nova	5
PJMP – Serra da Raiz	1
João Pessoa	1
São Domingos do Cariri	1
AVIVAC – São Domingos do Cariri	1
Conde	3
Boqueirão	2
Marcação	1
Bahia da Traição	1

continua ...

... continuação

Guarabira	1
AVIVAC Caraúbas	1
PROCASE	1
Assentamento Almir Muniz	2
Aroeiras	2
Aroeiras/CENTRAC	2
Ingá	1
AJURCC	1
CCFD	7

Fonte: Construído pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Músicas, danças, rituais marcados pelo convite aos abraços e conversas entre diferentes jovens marcaram as dinâmicas de entrosamento naqueles dias e se imprimiram em minha memória. Aquele espaço foi de encontro, afeto, mas também de construção de diagnósticos e propostas para as juventudes da Paraíba. O método para gestar tais propostas foi o de dividir o seminário em *Grupos de Trabalho (GT)* coordenados por representantes das organizações ou do próprio *CENTRAC*. A ideia era promover um debate, levantar demandas e sistematizar sugestões a serem entregues em forma de Carta Aberta aos candidatos ao governo do estado da Paraíba naquele ano.

É sobre este conjunto de propostas que a próxima seção se debruça.

Formular ideias

Figura 2 – Intercâmbio de saberes no Seminário Fala Juventude!



Fonte: www.centrac.org.br

Múltiplas são as formas de agência na sociedade, isto é, as formas por meio das quais diferentes indivíduos e grupos organizam-se para questionar, tensionar e forçar mudanças na estrutura das relações econômicas, institucionais, parentais etc. No âmbito dos estudos sobre juventudes o debate sobre participação social tem longa data e nos limites deste texto não é possível recobrir a complexidade do conceito de participação e seu alcance na Sociologia da Juventude^{xiii}. Todavia, cabe pensar que sempre existem formas de resistência e agência social e mesmo em períodos mais recuados da história do Brasil, quando as estruturas institucionais praticamente inexistiam tendo em vista a inexistência da própria democracia, houve variadas formas de participar politicamente através de rebeliões, motins, revoltas e construção de movimentos sociais com diferentes capacidades de alcance e influência social.^{xiv} A cidadania é uma construção histórica e cultural que somente pôde emergir em meio às lutas e dinâmicas de conflito na sociedade, algo que vem sendo objeto de largo debate nos estudos de cultura política no Brasil a exemplo daqueles realizados por José Murilo de Carvalho^{xv}. Afirmar, portanto, que a cidadania é construção histórica significa um convite para que não se perca de vista a dimensão bélica dessa produção. Seja na forma institucionalizada, em movimentos sociais clássicos como aqueles voltados para debates sobre desigualdade de classe, acesso à terra e a pauta sobre o sindicalismo ou associativismo; seja na forma da contracultura produzida por jovens nos anos 1960 e 1970 – mas não somente! – com forte crítica aos costumes e ao *status quo* imposto por uma sociedade capitalista e liberal^{xvi}; seja ainda na forma dos novos (anos 1980 e 1990) e dos novíssimos movimentos sociais, as práticas de resistência multiplicam-se no tempo e espaço. Se os ditos “novos movimentos sociais” puseram na cena pública algumas temáticas como gênero, sexualidade, raça, etnia etc., influenciados pelo multiculturalismo, os novíssimos movimentos sociais apontam o limite dessa própria conceituação, como sugere a

socióloga Maria da Glória Gohn (2018) ao propor o conceito de “organizações movimentalistas” para “caracterizar grupos de jovens que se aglutinam ao redor de alguns líderes ou formadores de opinião, os quais elaboram um plano de atividades e o executam sob a ótica de uma corporação”^{xvii}. Exemplo emblemático disso é o “Vem Pra Rua”, cuja importância é inquestionável quanto à capacidade de mobilização ao convocar megamanifestações no Brasil no período de 2015 e 2016.

Seus fundamentos são de inspiração liberal, e tais organizações buscam influenciar a opinião pública via a defesa de alguns lemas e bandeiras, como o ataque contra a corrupção. Apresentam-se como portadoras da renovação no campo das práticas políticas, contando com apoio de grupos empresariais, e criam ou apoiam entidades voltadas para o que denomina “empoderamento dos jovens” por meio de cursos ou de atividades no campo de Terceiro Setor^{xviii}.

Atualmente essas mobilizações juvenis são organizadas a partir de estratégias de comunicação ancoradas nas redes sociais, o que indica uma agenda nova de estudos sobre as formas de participação juvenil no cenário marcado por uma “democracia digital”^{xix}. Vale lembrar, com o historiador e cientista político José Murilo Carvalho (2018), que a cidadania no Brasil tem se constituído a partir de um longo caminho marcado por golpes de Estado, reverses autoritários, mas também pela conformação de diferentes grupos que lutam e ampliam passo a passo a ideia e a vivência do que é ser cidadão. Dos direitos civis e políticos aos direitos sociais, econômicos e culturais, em todo caso se trata sempre de reconhecê-los como produção histórica e cultural eivada por conflitos que deixam claro o caráter aberto e dinâmico da democracia como conquista e ampliação de direitos humanos^{xx}.

No âmbito do seminário *Fala Juventude!* foram organizados seis Grupos de Trabalho (GT's) com diferentes temas, mas as discussões convergiram para

auditório no qual as propostas foram votadas (Figura 2). Do quadro abaixo se notará que não houve um modelo de formatação das propostas, o que faz com que elas variem na forma, quantidade e conteúdo. Um traço fundamental disso é o ensejo à discussão coletiva de problemas e construção de propostas práticas que pudessem influenciar os planos de governo dos candidatos.

Quadro 3 – Grupo de Trabalho 1

GT 1 – Cultura, comunicação e liberdade de expressão.	
Problemas	Soluções
Dificuldade da população na aceitação da cultura alheia;	Disseminação de informativos, cartilhas, pela sociedade, em específico nas escolas, sem restrição de idade; debate cultural em meios de comunicação; campanhas publicitárias contra opressão cultural.
Falta de mídia de comunicação popular;	Realizar audiências estaduais para resgatar e efetivar as demandas levantadas nas conferências estaduais de comunicação.
Má distribuição das verbas destinadas às expressões-artístico-culturais.	Garantir a descentralização, participação de artistas locais e circularidade dos festivais estaduais de cultura, de modo que diferentes municípios possam sediar sua realização. Capacitar artistas e agentes culturais para garantir a igualdade de condições para competir em editais.

Fonte: Construído pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Esteve presente em todos os grupos elementos como a ideia de “conscientização” da população sobre temas específicos a partir da “informação”. Houve a preocupação sobre disseminação de informações qualificadas por meio da cultura escrita e de uma mídia alternativa (rádio e TV) que poderia ganhar mais espaços por meio de novas regulações sobre acesso, financiamento e gestão.

Quadro 4 – Grupo de Trabalho 2

GT 2 – Cidadania, participação social e política e representação juvenil.	
Problemas	Soluções
Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência física em espaços públicos	Padronização dos espaços públicos.
Genocídio da juventude negra (deficiência do Juventude Viva)	Investimento de recurso público em programas/projetos do tipo Juventude Viva
Limitação do diálogo entre as juventudes e o poder público (onde o mesmo só acontece quando convocado pelo poder público)	Garantir através de lei espaços de diálogo entre juventudes e poder público, podendo esses ser convocado pelas juventudes.
Representação das juventudes nos espaços de representação política (cargos públicos)	Garantir a participação das juventudes no processo de escolha de jovens para cargos públicos como secretaria de juventude entre outros.
Falta de mais espaços para as juventudes exercer a cidadania (espaços de participação)	Criar mais espaços de participação para/com as juventudes.

Fonte: Construído pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Emerge do conjunto das propostas levadas à votação em plenária uma concepção de cidadania vinculada ao ensejo no caráter institucional da participação em órgãos e processos decisórios, tais como Secretaria de Juventude, Conselho de Juventude, podendo assim abrir a disputa por ocupação de cargos em posições de comando. A qualidade da participação e da democracia parece ser avaliada a partir da sua capacidade de incluir as pessoas com deficiência, o que indica necessariamente um novo modo de “padronizar” o espaço público.

Quadro 5 – Grupo de Trabalho 3

GT 3 – Enfrentamento a violência, segurança pública e acesso à justiça.
1 – Realizar cursos de formações em segurança pública e direitos humanos, periodicamente, para policiais militares e civis em parcerias com organizações sociais para juventude;
2 – Criar áreas de lazer em comunidades periféricas com manutenção periódica e ações sociais para adolescentes e jovens na perspectiva da cultura e esporte;
3 – Criar políticas públicas de geração de emprego e renda para adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas e para jovens ex-detentos (as) inserindo-os (as) no mercado de trabalho e reduzindo assim a criminalidade no estado.

Fonte: Construído pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Enquanto o primeiro grupo diagnosticou os problemas e os redigiu, os demais apresentaram diretamente as propostas construídas. Do GT-3 emerge uma concepção muito assentada na cultura política brasileira sobre os jovens que afirma a relevância de políticas de lazer e trabalho como formas de evitar a delinquência e a criminalidade. Mais do que uma opinião individual ou equívoco de análise, os conceitos de criminalidade juvenil e delinquência emergiram articulados à noção de “desvio” como verdadeiro enunciado que surgiu no século XIX para explicar, comentar, descrever e prescrever formas de prevenção e combate à criminalidade infanto-juvenil na América Latina.^{xxi} Trata-se de uma concepção assentada no imaginário social, mas cuja constituição foi matéria de debate por intelectuais, gestores e criminologistas^{xxii}, incidindo no imaginário social por meio das mídias.

Quadro 6 – Grupo de Trabalho 4

GT 4 – Território, mobilidade, desporto, e lazer.
1 – Garantir a não especulação de terras indígenas considerando-se mapas históricos e estudos antropológicos preliminares.
2 – Ampliar as emissões de CNH através do Programa de Habilitação Social;
3 – Reconhecimento de territórios quilombolas.

Fonte: Construído pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Enquanto algumas propostas são específicas e direcionadas a um tema e âmbito de atuação circunscrito, outras são mais genéricas como aquelas presentes no GT-4, não indicando desafios e problemáticas específicas das juventudes indígenas e quilombolas da Paraíba, mas reiterando formulações presentes em documentos de caráter nacional. Por sua vez, as propostas do GT-5 enveredaram-se pelo caminho da disputa pelo orçamento público, visando reformas na política de remuneração docente e condições de trabalho. O orçamento aparece aí também como espaço que poderá possibilitar novos agenciamentos coletivos de jovens, na medida em que se construa uma política de fomento à formação de coletivos inspirada na experiência do Fundo de Incentivo à Cultura (FIC).

Quadro 7 – Grupo de Trabalho 5

GT 5 – Educação, profissionalização, trabalho e renda.
Realizar concursos para professor com a exigência de que os candidatos sejam da comunidade, a exemplo dos concursos de agentes comunitário de saúde.
Destinar 30% do aumento do PIB exclusivamente para o salário do professor (previsto pelo Pacto pela Educação).
Estabelecer um sistema de concurso público com dedicação exclusiva do professor garantida pela gratificação de (40% do salário) para este fim.

Continua...

... continuação

Criar mecanismo de incentivo à iniciativa de grupo de jovens, exemplo de um fundo de incentivo exclusivo à participação juvenil, como acontece com o Fundo de Incentivo à Cultura (FIC).
Criar mecanismos para os estabelecimentos de cursos profissionalizantes nas escolas públicas, atribuindo bolsas auxílio imediato para os alunos.
Estabelecer cotas de 20% dos contratados nas empresas públicas e privadas para jovens em busca do primeiro emprego.
Garantir a participação dos professores na elaboração dos projetos da rede estadual de ensino.

Fonte: Construído pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Em certa medida o que dá o tom à formulação de todas as propostas é o caráter institucional da participação e da gestão das políticas, daí espaços e categorias profissionais aparecerem de modo recorrente, especialmente a figura do “professor”, cuja remuneração e condições de trabalho são objeto de debate e proposição. Por outro lado, considerando-se a abertura do tema proposto pelo GT-5, vê-se também que a abordagem sobre trabalho e renda fica circunscrita à atuação docente na escolarização, não aparecendo outras propostas para políticas de formação técnica, tecnológica e de emprego e renda para jovens no âmbito estadual.

Quadro 8 – Grupo de Trabalho 6

GT 6 – Saúde, meio ambiente e sustentabilidade.
Estruturação e ativação dos conselhos municipais de saúde, para que possam fiscalizar os recursos públicos atribuindo-lhe voz e poder para denunciar os descasos na saúde.
Presença efetiva dos profissionais de saúde (Médicos, Odontólogos, Psicólogos, enfermeiros etc.) nas escolas para o exercício de sua função na zona rural e urbana.

continua...

... continuação

Renovação da maneira como é gerenciada/administrada a saúde, adequando-se a realidade e a necessidade de cada município, para que possa atender com eficácia a população nos seguintes itens:

- Consultas médicas, odontológicas e psicológicas;
- Agilidade na realização de exames e da obtenção dos resultados;
- Acesso a medicamentos na quantidade e qualidade, no tratamento de doenças;
- Presença de pessoas conhecedoras e atuantes na área de saúde para ocupar os cargos comissionados;
- Implantação da coleta seletiva nos municípios, estruturando e acompanhando as cooperativas e associações de catadores.
- Fiscalizar as formas de disposição dos resíduos partindo da lei, buscando implementar novas formas de descarte dos resíduos.
- Apresentação de novas alternativas sustentáveis para o meio ambiente no âmbito rural ampliando para todos os produtores familiares, por meio da presença efetiva de cooperativas e ONG's que trabalhem com os serviços de ATES.

Fonte: Construído pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

As propostas do GT-6 apresentam grau maior de detalhamento dos serviços e atividades no campo da saúde e meio ambiente. No conjunto, parece ter sido o GT que de maneira mais frontal questionou e propôs caminhos alternativos à cultura política ainda alicerçada no clientelismo e patrimonialismo, também construindo como estratégia a incidência em espaços formais criados pelo Estado. As práticas clientelistas e patrimonialistas fragilizam o acesso democrático aos serviços na condição de usuários, mas também como profissionais, pois as propostas indicam a falta de qualificação de profissionais que estão inseridos nesta política, mas não detêm os saberes e experiências necessários à realização do trabalho de atendimento à população. Isso incide não somente sobre a forma de acesso, mas também na gestão da política no tocante às formas de recrutamento, seleção e formação continuada de profissionais.

Escrever uma carta

A política pública é, articuladamente com todas as dimensões de caráter teórico, técnico, metodológico e institucional, uma forma de construir futuros. Antes de qualquer plano anual ou decenal formulado; antes que qualquer orçamento possa ser votado; antes mesmo que certa quantidade de votos seja angariada e garantida para que certa demanda seja reconhecida e estudada na condição de objeto possível de uma futura política de Estado, é a imaginação que entra em cena. Antes que qualquer uma dessas formulações surja, foi sempre a imaginação que nos incitou a pensar que outra realidade é possível. A política pública é filha do sonho moderno de controle sobre o tempo e a sociedade e para além de qualquer relativismo apressado caberia pensar sobre o sentido disso na configuração de formas sociais de existência^{xxiii}. Reforçar o discurso sobre a capacidade de pensar, planejar, incidir e agir no mundo pela ação política é fundamental para fortalecer o nosso entendimento sobre o caráter construído das relações sociais entre gerações, classes etc. Ora, podemos agir no mundo!

Falar em política pública, assim como estender o olhar sobre as culturas políticas, é perceber que formas variadas, desconexas e contingentes de participação se constituem na sociedade em diferentes níveis, enraizando-se ou não no tecido social. Olhando o conjunto de propostas discutido nos Grupos de Trabalho, pode-se ver que ao mesmo tempo em que o *CENTRAC* fomenta a participação de jovens na construção da sua cidadania, também disputa significados sobre “participação”, “democracia”, “juventude” e “cidadania”.

Situando-se o debate sobre a *PNJ* no Brasil desde o início dos anos 2000 e a presença do *CENTRAC* neste debate, pode-se ver a construção de um repertório jurídico e político capaz de inserir-se no jogo que define os critérios que estabelecem regimes de verdade para esses conceitos. Neste sentido, ao analisar o discurso sobre a participação juvenil no Brasil daquele momento requer entender

que para além dos documentos textuais e dos atos de fala relacionados com a PNJ, esta somente pôde emergir historicamente em um campo de coexistências em que novas verdades foram elaboradas a partir de perspectivas sociológicas, médicas, jurídicas e pedagógicas sobre o que é a juventude como categoria geracional e como se constitui o jovem como sujeito de direitos. Assim, ao redigir a Carta de Alagoa Grande, o *CENTRAC* deixou expresso nas primeiras linhas que as proposições ali contidas visavam “mudar paradigmas, ampliar os enfoques e provocar rupturas quanto às concepções de juventude nos programas apresentados pelos candidatos/as nas eleições”. Textualmente, optou por uma estrutura bastante semelhante àquela das convenções da *Organização das Nações Unidas (ONU)*, estruturando-se em três movimentos: considerações sobre o contexto; repúdio ao estado de coisas; apresentação de propostas.

Inicialmente, tem-se o seguinte:

Considerando que aproximadamente 18% da população paraibana é constituída por jovens de 15 a 24 anos (700.000 jovens), em sua maioria jovens negros e negras, de famílias pobres, com pouco ou deficitário acesso à educação, escassos espaços de lazer e cultura, oportunidades de trabalho decente e segurança,

Considerando que o Estado da Paraíba comporta hoje 06 municípios com altos índices no ranking nacional de mortes de jovens entre 15 e 29 anos: João Pessoa (11º), Campina Grande (26º), Santa Rita (64º), Bayeux (84º), Cabedelo (104º), Patos (105º),

Considerando que a participação das juventudes é condição para o pleno desenvolvimento de nosso estado

Situando a Paraíba no contexto de crescente mortandade da juventude negra e periférica por causas violentas, decide-se incitar a população paraibana a repudiar os seguintes traços do contemporâneo na segunda parte da carta.

1. O genocídio cotidiano da juventude negra pelas políticas de segurança pública, ação das polícias (execução sumária de jovens negros/as e tortura), do sistema prisional e a não efetivação das medidas socioeducativas que hoje são ineficientes e violam os direitos humanos no nosso Estado.

2. A criminalização das juventudes, especialmente aquelas situadas em áreas vulneráveis, bem como as propostas irresponsáveis de redução da maioria penal, sem que sejam plenamente efetivados o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude, desrespeitando os princípios constitucionais e direitos fundamentais da pessoa humana. Repudiamos todas as propostas de alteração do marco constitucional relativo aos direitos ainda não efetivados e a criminalização da pobreza.

3. Todas as formas escamoteadas de privatização dos serviços públicos, especialmente saúde e educação, como as Parcerias Público-Privadas e leis de gestão pactuada, que transformam direitos em mercadoria e penalizam principalmente crianças e jovens.

Em face de tais críticas que partem do marco jurídico como ponto de partida para denunciar a incoerência e injustiça de propostas que circulavam no Congresso Nacional, apresenta-se um conjunto de propostas, conforme o quadro abaixo:

Quadro 9 – Propostas

PROPOSTAS	
1.	Garantia da efetivação do ECA, do SINASE e do Plano Nacional de Convivência familiar e comunitária, através da articulação de ações entre o sistema de garantia de direitos, com o respeito à prioridade absoluta no planejamento orçamentário e na efetivação de políticas públicas.
2.	Assegurar, no âmbito das políticas públicas de segurança, prioridade às ações de prevenção, promoção da cidadania e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário, priorizando áreas com altas taxas de violência, promovendo a melhoria da infraestrutura local, adequadas condições de trabalho policial, remuneração digna e a formação obrigatória nas áreas de

<p>direitos humanos e mediação de conflitos, conforme as diretrizes apontadas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).</p>
<p>3. Garantia da implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) na aplicação e execução das medidas socioeducativas no Estado da Paraíba, priorizando a municipalização das medidas em meio aberto, enfatizando o caráter socioeducativo das medidas de privação de liberdade, assegurando acesso à educação, lazer, formação profissional, acesso ao mercado de trabalho e ao acompanhamento por profissionais qualificados, reafirmando a posição contrária ao rebaixamento da idade penal e o respeito ao que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e a Constituição Federal.</p>
<p>4. Enfrentamento de todas as práticas de violência contra as jovens mulheres: violência de gênero, moral, sexual, física, racial, patrimonial, doméstica, de orientação sexual e psicológica, monitorando a implementação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), garantindo o funcionamento das delegacias especiais nos fins de semana e a destinação de verbas para seu funcionamento, com ênfase para criação dos juzizados especializados, acionando e executando os mecanismos de coibição e penalização da exploração sexual, do tráfico para a mercantilização do corpo das mulheres, garantindo também direitos humanos às jovens em situação de prisão.</p>
<p>5. A democratização dos Meios de Comunicação com a efetiva implementação das propostas aprovadas na 1ª Conferência Estadual de Comunicação, ocorrida em novembro de 2009 e pela descriminalização dos veículos de mídia independente.</p>
<p>6. Disseminação de informativos e cartilhas na sociedade, especialmente nas escolas, sobre identidade cultural e campanhas publicitárias contra opressão cultural por parte da Secretaria Estadual de Cultura.</p>
<p>7. Descentralização e circularidade dos festivais estaduais de cultura, de modo que diferentes municípios possam sediar sua realização, com a participação de artistas locais, garantindo a preferência nas apresentações e prioridade no pagamento.</p>
<p>8. Capacitação de artistas e agentes culturais para garantir a igualdade de condições para competir em editais estaduais.</p>
<p>9. Criação e fortalecimento de redes de colaboração das ações de formação cultural e cidadã desenvolvidas por jovens organizados institucionalmente ou não, tendo como objetivo o apoio pedagógico, material e financeiro de seus projetos e modalidades de intervenção junto às juventudes do campo e da cidade. Tais redes de colaboração devem articular instituições, programas e serviços governamentais, bem como instituições, grupos e organizações não</p>

<p>governamentais com o intuito de promover a formação de agentes multiplicadores que contribuam para a redução dos índices de violência envolvendo jovens entre 15 e 29 anos, bem como a formação para a cidadania participativa desses atores sociais.</p>
<p>10. Assegurar os direitos dos povos e comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ciganos, comunidades de terreiros, pescadores artesanais, caiçaras, dentre outros que buscam ser reconhecidos), em especial das juventudes, preservando suas culturas, línguas e costumes, combatendo todas as práticas exploratórias e discriminatórias quanto a seus territórios, saberes, práticas culturais e religiosas tradicionais.</p>
<p>11. Garantia da não especulação de terras indígenas considerando-se mapas históricos e estudos antropológicos preliminares, com sua demarcação imediata e titularidade e regularização das terras das comunidades quilombolas. Rejeição a todos os projetos e Projetos de Emenda à Constituição (PECs) em tramitação no Congresso contra os direitos indígenas e quilombolas. Pelo efetivo cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).</p>
<p>12. Investimentos prioritários em transporte público de qualidade, implementando a tarifa zero para jovens de 15 a 29 anos, independente de sua vinculação com a escola, visto que jovens nessa faixa etária acessam empregos que não remuneram de forma a suprir todas as suas necessidades.</p>
<p>13. Ampliação da emissão de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) através do Programa de Habilitação Social, com o estabelecimento de cotas específicas para jovens entre 18 e 29 anos.</p>
<p>14. Que a Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente (SUDEMA) fiscalize o respeito à legislação de gestão de resíduos sólidos e a Implantação da coleta seletiva nos municípios, com apoio a estruturação e acompanhamento de cooperativas e associações de catadores/as de recicláveis.</p>
<p>15. Alternativas sustentáveis para o meio ambiente no âmbito rural ampliando para todos os produtores familiares, por meio da presença efetiva de cooperativas e ONG's que trabalhem com os serviços de ATES, com incentivo à produção de alimentos agroecológicos e combate ao uso de agrotóxicos.</p>
<p>16. Garantia de políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo, com participação da juventude na sua elaboração e gestão, assegurando o acesso a terra, à capacitação e ao desenvolvimento de tecnologia sustentável apropriada à agricultura familiar e camponesa voltada para a mudança de matriz tecnológica.</p>

17. Promoção de políticas públicas de trabalho decente para jovens, com melhoria de acesso de jovens aos mecanismos de proteção social, por meio do SINE Estadual.
18. Criação e garantia de participação de jovens em espaços de decisão quanto às políticas públicas e, principalmente, na construção do orçamento público de acordo com o marco legal da participação na instância estadual.
19. Criação e ampliação de assentos para juventude já assegurados com direito a voto em todos os conselhos, comitês e órgãos de fiscalização, deliberação e gestão nas áreas socioambiental e de desenvolvimento na esfera estadual.
20. Participação efetiva do Conselho Estadual de Juventude nos processos de escolha de jovens para cargos públicos estaduais, a exemplo da Secretaria Estadual de Juventude.
21. Garantia do acesso e permanência dos estudantes de baixa renda nos sistemas de ensino, priorizando os programas que garantem a inclusão dos jovens ao ensino superior. Expansão e interiorização da Universidade Estadual da Paraíba, visando as demandas das comunidades do campo e tradicionais, tendo em vista a ampliação e oferta de cursos noturnos diversificados, bem como a implantação de política de cotas raciais e assistência estudantil (restaurante universitário, bolsa permanência, transporte e moradia estudantil) e a valorização dos profissionais de educação.
22. Concurso público para professores/as com dedicação exclusiva para o ensino de nível médio.
23. Promoção e democratização do acesso a uma educação laica, não sexista, não racista, não lesbofóbica/homofóbica/transfóbica, não heteronormativa, fortalecendo o cumprimento dessas temáticas nas grades curriculares e a valorização das diversidades na educação. Para tanto: formar/capacitar/sensibilizar professoras/professores, comunidade escolar e jovens multiplicadoras/es, revisar os materiais didáticos e paradidáticos, expandir os cursos noturnos e ensino integral de nível médio.
24. Criação de centros públicos e gratuitos de juventude, em todos os municípios do Estado a partir da construção ou reutilização de espaços públicos, priorizando a descentralização dos municípios polos, dotados de infraestrutura de esporte (praças da juventude, quadras poliesportivas, clubes aquáticos), lazer, cultura (locais para apresentação, sala de cinema e biblioteca) e acesso aos meios tecnológicos, respeitando a realidade local. Os espaços sejam eles construções novas, desapropriações de imóveis desocupados ou organizações da sociedade civil já estabelecidas, devem ter condições de abrigar as mais diversas

<p>manifestações artísticas e culturais, possibilitando o aprendizado, a fruição e a apresentação da produção cultural da juventude.</p>
<p>25. Acessibilidade para pessoas com deficiência física em todos os espaços públicos, combatendo a segregação e a discriminação, buscando a equidade na diversidade, com direito à participação e formação de jovens com deficiência como líderes e agentes políticos.</p>
<p>26. Garantir a efetivação dos direitos à saúde integral pública e gratuita da população jovem, que contemple as suas necessidades e suas diversidades de etnia, de orientação sexual, de gênero e dos diversos modelos de família, atendendo as populações vulneráveis, promovendo a educação em saúde, com destaque nas mulheres, juventude negra, GLBTTT, jovens com deficiência, moradores de comunidades populares, jovens em situação de rua, jovens cumprindo medidas socioeducativas e jovens que vivem com HIV/AIDS; Garantir e ampliar a participação da juventude e a sua diversidade nos processos de gestão participativa e nos espaços de formulação de políticas públicas e controle social (conselhos e conferências), incluindo os específicos de saúde indígena e da população negra nas políticas públicas de saúde.</p>
<p>27. Ampliação e/ou implementação de projetos e programas de saúde e prevenção nas escolas que desenvolvam metodologias educativas e participativas sobre sexualidade, gênero, gravidez na adolescência, diversidade sexual, prevenção das DST/AIDS, promoção da saúde de jovens vivendo ou não com HIV/AIDS, direitos sexuais, direitos reprodutivos, vulnerabilidades e demais temas relativos à saúde e aos direitos humanos, garantindo a disponibilização gratuita de insumos de prevenção, bem como a efetiva formação e participação de profissionais de saúde, de educação e de jovens multiplicadores em zonas urbanas, rurais, indígenas, quilombolas, utilizando espaços como escolas, Programa Saúde da Família (PSF), Unidade Básica de Saúde (UBS), comunidades, unidades e projetos de medidas socioeducativas.</p>

Fonte: Construído pelo autor a partir dos dados da pesquisa.

Da leitura da carta pode-se perceber a emergência de conceitos e ideias variadas que se conectam com o tema juventude. Articula-se a pauta sobre a participação dos jovens na esfera pública não somente a partir dos temas clássicos “educação, saúde e trabalho”, recorrentemente presentes em pronunciamentos de líderes políticos. A carta pode ser vista como espaço textual

de conexão e justaposição de uma rede discursiva mais ampla em que temas como genocídio da população jovem negra, demarcação de terras indígenas e quilombolas, combate às violências praticadas por motivação de gênero contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ disputam uma perspectiva plural sobre a juventude tanto do ponto de vista de suas potencialidades como também das suas necessidades e demandas que tornam a juventude como objeto de políticas de Estado.^{xxiv}

Em razão da ampliação de temáticas e demandas colocadas desde os anos 1960 no canteiro da discussão e da disputa política, autores como René Rémond comentam sobre a importância de delimitar “o político”, isto é, circunscrever qual sua esfera própria, seu domínio singular. Assim, discute que:

[...] o político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo. Essas variações obedecem a necessidades externas: refletem também as flutuações do espírito público. O espaço que o político recorta na realidade é a resultante dessa conjunção.^{xxv}

Assim, embora considere aspectos que articulam o público e o privado, o pessoal e impessoal, “a história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação”^{xxvi}. Nos termos do que estou tratando neste texto fica claro como o tema juventude surgiu em sua dimensão política – e mais que isso, biopolítica^{xxvii} – na medida em que foi elaborado como problema demográfico. A população como objeto de governo, ou seja, não um caso específico, não uma história singular, mas um conjunto demográfico passível de ser descrito, estudado, observado e governado em seu conjunto heteróclito. Nas primeiras linhas da Carta de Alagoa Grande isso está patente com a delimitação quantitativa, geográfica e etária da juventude paraibana. Todavia, esse dispositivo

textual obedece a uma formação discursiva que não se origina ali, naquele seminário, mas sim no grande debate global sobre políticas públicas sobre a juventude que desde o século XIX tem agenciado saberes, instituições e práticas para melhor tratar deste tema.

O CENTRAC, assim como muitas outras instituições país afora, sofreu a interferência de organismos bilaterais e multilaterais que são conduzidos por países europeus ou pelos Estados Unidos da América (EUA). O CCFD, União Europeia, *United Purpose*, Cáritas Alemã e várias outras instituições internacionais têm prestado apoio financeiro, técnico e metodológico às organizações não governamentais brasileiras desde a segunda metade do século XX, principalmente com o *boom das ONGs* no Brasil nos anos 1990. Já nos anos 1960, conforme a historiadora Fúlvia Rosenberg (2016) comenta ao estudar o Projeto Casulo, uma série de assessorias e consultorias desses organismos internacionais bombardeou o campo social no Brasil, apoiando de modo estratégico alguns projetos sociais de grande importância, mas trazendo em seu conteúdo uma série de conceitos, perspectivas e modelos de abordagem daquilo que poderia emergir ou não como um “problema social”.

Se por um lado desde o século XIX a juventude em sua relação com dinâmicas variadas como trabalho, criminalidade, marginalidade, escolarização etc., vinha sendo objeto de definições políticas em distintos países, por outro lado é inegável que com o surgimento da ONU e dentro dela uma agência específica como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) os temas infância e juventude ganharam espaço de fermentação teórica e política. Quando a ONU instituiu 1979 como o *Ano Internacional da Criança* estava em questão influenciar diferentes países na construção de políticas, pactos e modos de governo da juventude e o Brasil não tem estado distante desses debates que definem verdades possíveis para a juventude como categoria

demográfica e o jovem como categoria ontológica mediada pelas concepções de direitos e deveres.^{xxviii}

Imaginar futuros

Lembro-me dos debates efusivos e dos momentos festivos que marcaram o *Seminário Fala Juventude!* em agosto de 2014, quando eu estava terminando o curso de graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Coordenei atividades, mobilizei conversas que para mim eram fundamentais e que continuaram sendo ao longo dos anos, articulando os campos do ensino, pesquisa e ação política. Ora, que efeitos de verdade exercem sobre os jovens o fato de haver uma Política Nacional de Juventude? Que lugares de poder e quais formas de saber foram agenciados para que algo assim se tornasse possível?

Partindo da realização desta atividade realizada há dez anos foi possível descrever e problematizar como o tema juventude e participação juvenil se tornaram pensáveis, praticáveis no tempo e espaço.^{xxix} Do interior do estado da Paraíba vemos como a existência de uma ONG como o CENTRAC foi condição de possibilidade para que tal debate ganhasse estofo e legitimidade política, uma vez que essa organização articulou-se a múltiplas outras no campo social para fomentar o debate público, a formação de educadores/as, assim como fortalecer grupos e movimentos existentes em diferentes espaços. Uma vez criado por jovens militantes políticos nos anos 1980 como organização em favor da redemocratização e da construção de um espaço público ampliado, plural e participativo, o CENTRAC tem construído uma trajetória ancorada nesse ponto inicial de sua formação, mas indo além. Ora ampliando seus temas e focos de interesse, ora transformando as estratégias e lidando com novos públicos e espaços.

De todo modo, sem querer definir nem conceituar o traço fundamental da cultural política juvenil da cidade de Campina Grande – PB neste texto, o que soaria apressado em razão de muitos outros conteúdos, arquivos e memórias não terem sido agenciados e analisados, cabe dizer duas coisas ao menos: a) o critério da institucionalidade parece ser elemento básico do debate sobre participação juvenil no caso em análise, seja a forma institucional ligada ao campo da sociedade civil ou ao campo do Poder Executivo, propriamente, mas a forma institucional do poder de participar parece ser a condição *sine qua non* para urdir formas de protesto e proposta, o que abre possibilidades e inviabiliza outras que não operem neste critério; b) apesar da retórica da participação da juventude em sua pluralidade, uma olhada rápida pelo conjunto das propostas em sua versão inicial proveniente dos Grupos de Trabalho (GT's) parece deixar clara a centralidade de debates que falam ainda de uma juventude no cenário urbano, industrial. Apesar da presença das juventudes quilombolas e indígenas no evento parece não haver maior densidade de informações sobre suas demandas específicas, embora de acordo com a lista de inscritos se possa ver que foram as organizações do campo (PJMP, ACAJAMAN etc.) que enviaram número maior de representantes. Estes são traços que indicam também os limites da documentação consultada, mas também do enfoque aqui empregado a partir do que o arquivo sugere e incita como produto final do *Seminário Fala Juventude!*

Acredito, contudo, que o fundamental de um exercício como este, reside em: a) perscrutar a estrutura ou a dinâmica relacional que torna algo pensável, passível do escrutínio da ciência, da política etc., assim como sugere a epígrafe de Foucault que abre este texto e orientou a análise aqui esboçada. Mais do que esgotar as possibilidades de leitura sobre a participação política de jovens, que bom será se este texto puder ser um trampolim, um ponto de partida, um disparador de questões que possam ser examinadas a partir dos arquivos do

CENTRAC e outras instituições tão relevantes no Nordeste e Brasil afora; b) alinhar pontos que tornem possível compreender como o campo das organizações e movimentos sociais se configura como objeto histórico primoroso para ler as conexões e desconexões da cultura política local e nacional a partir de repertórios convergentes, divergentes e propositivos de modos de experimentação da política institucional como atividade de criação de novas realidades coletivas; c) tornar mais complexa a percepção que temos sobre uma política pública como algo não somente definido em escritórios ou debates públicos a partir de mediações técnicas e jurídicas que vão disputar espaços e cifras no orçamento público, mas também como um tipo de criação coletiva que agencia certas perspectivas sobre a experiência da temporalidade humana. Não há política pública que não se ancore, questione, apague ou prolifere certa política do tempo. Mas isso, em razão do tempo de leitura até aqui dedicado por você leitor/a, ficará para outra hora.

Notas

ⁱ COSTA JÚNIOR, José dos Santos. O que pode um relato? A presença de um ex-interno do SAM e da FUNABEM na Assembleia Nacional Constituinte (Brasil, 1987–1988). **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 33, n. 3, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/43788> Acesso em: 10 abr. 2024.

ⁱⁱ ZORZI, Analisa et al. **Sociologia da Juventude**. Curitiba: Intersaberes, 2013; GROppo, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

ⁱⁱⁱ COSTA JÚNIOR, José dos Santos. A historiografia da infância na berlinda (?): entre um fantasma e um trampolim. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 15, n. 30, p. 158–204, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/14989> Acesso em 10 de abr. 2024.

^{iv} DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 28, dezembro, 2002. BAPTISTA, Leonardo. O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea. **Anais do V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est**. Espírito Santo, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ufesupem/article/view/11781>. Acesso em 17 de abr. 2024.

^v “A *cultura política paroquial* ocorreria em sociedades de organização simples, nas quais estão ausentes as instituições políticas especializadas, e há pouca diferenciação entre as esferas política, econômica e religiosa, e se apresenta um baixo nível de participação política. A *cultura política de sujeição* marcaria as sociedades nas quais os indivíduos focalizam suas orientações para as estruturas executivas e administrativas, encarregadas de dar respostas aos anseios individuais e coletivos. Esse seria um modelo típico de estados autoritários, nos quais se observa um alto grau de passividade dos atores sociais perante o sistema político. Por último, a *cultura política participativa* que caracterizaria as sociedades orientadas para os processos políticos de entrada e saída do sistema político, na qual os cidadãos têm papel ativo e opinam sobre a política, sendo ela específica dos sistemas democráticos” (BAPTISTA, op. cit, p. 667).

^{vi} Idem. Ver também: DUTRA, op. cit., 2002.

^{vii} SPOSITO, Marília Pontes & CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./out./nov./dez 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dH674czshpNpQDsJ8vsJHLh/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10 de abr. 2024. Ver também: DUTRA, op. cit, 2002.

^{viii} DUTRA, op. cit., p. 20.

^{ix} Refere-se à obra *Histoire des Droites em France*, publicada pela Gallimard em 1992.

^x BERSTEIN, Serge. Cultura política. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, p. 349-364, 1998, p. 350.

^{xi} COSTA JÚNIOR, José dos Santos & BARRERO JÚNIOR, Roger Camacho. Jovens como esperança na transformação: a campanha Juventude Participa! em Campina Grande (PB 2009-2011). **Revista Discente Oficinas de Clio**, Pelotas, v. 2, n. 3, agosto a dezembro, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/cliio/article/view/1821> Acesso em 10 de abr. 2024.

^{xii} A organização teve o seu nome alterado, mas a sigla permanece a mesma, sendo agora nomeada como Associação Juventudes, Cultura e Cidadania (AJURCC). Para maiores informações, ver a página oficial da instituição. Disponível em: <https://www.ajurcc.org.br/>. Acesso em 13 de set. 2024.

^{xiii} PAPA, Fernanda de Carvalho & FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011.

^{xiv} GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

^{xv} CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017; CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018; CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

^{xvi} CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

^{xvii} GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura da participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/jBGbrMwxkJBxvytwVnz9Wcp/abstract/?lang=pt> Acesso em 10 de abr. 2024.

^{xviii} Idem, p. 120.

^{xix} Idem, p. 130.

^{xx} HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

^{xxi} COSTA JÚNIOR, José dos Santos. **Mal-estar na história da infância**: a invenção do menor infrator no Brasil contemporâneo. 504 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

^{xxii} GAUDÊNCIO, Edmundo de Oliveira. **Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia**: arqueologia do bandido. 439 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2004.

^{xxiii} Uma discussão importante neste sentido pode ser entender a configuração da biopolítica a partir do século XVIII e as formas de saber que se desenharam para garantir um poder sobre a vida da população desde o continente europeu. Nesta direção, são relevantes os estudos de Foucault acerca da biopolítica (cf. Foucault, 1988; Costa Júnior, 2020) e também a discussão de Martin (2001) sobre o nascimento da estatística como estratégia de governo a partir do século XVII.

^{xxiv} FREZZA, Marcia; MARASHIN, Cleci; SANTOS, Nair Silveira. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 313-323, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/cmPPmPBbj6mS3Tnpnyg3gD/>. Acesso em 10 de abr. 2024.

^{xxv} REMOND, René. Do político. In. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 441-454, 2003, p. 443.

^{xxvi} Idem, p. 445.

^{xxvii} FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

^{xxviii} SCHUCH, Patrice. **Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, COSTA JÚNIOR; BARRERO, op. cit., 2017; COSTA JÚNIOR, op. cit., 2021; AREND, Sílvia Maria de Fávero Arend. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1978-1989). **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 3, Set./Dez. 2020; DAMINELLI, Camila Serafim. **Uma fundação para o Brasil Jovem**: FUNABEM, menoridade e políticas sociais para a infância e juventude no Brasil (1964-1979). 305 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

^{xxix} Uma análise sobre as práticas de participação e os desafios dos feminismos na cena pública contemporânea no Brasil pode ser lida no trabalho de Pedro, Wolf & Silva (2022).

Referências

AREND, Sílvia Maria de Fávero Arend. Direitos humanos e infância: construindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1978-1989). **Tempo**, Niterói, v. 26, n. 3, Set./Dez. 2020.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BAPTISTA, Leonardo. O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea. **Anais do V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est**. Espírito Santo, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ufesupem/article/view/11781>. Acesso em 17 de abr. 2024.

BERSTEIN, Serge. Cultura política. In. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, p. 349-364, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In. **Questões de Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia**: a juventude em questão. São Paulo: Editora Senac, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem/Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos & BARRERO JÚNIOR, Roger Camacho. Jovens como esperança na transformação: a campanha Juventude Participa! em Campina Grande (PB 2009-2011). **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, v. 2, n. 3, agosto a dezembro, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/cli/article/view/1821> Acesso em 10 de abr. 2024.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. **Mal-estar na história da infância**: a invenção do menor infrator no Brasil contemporâneo. 504 f. Tese (Doutorado em História).

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. O que pode um relato? A presença de um ex-interno do SAM e da FUNABEM na Assembleia Nacional Constituinte (Brasil, 1987-1988). **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 33, n. 3, 2020.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. O corpo da criança nas tramas da biopolítica. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 25, p. 43-63, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/43788> Acesso em: 10 abr. 2024.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. A historiografia da infância na berlinda (?): entre um fantasma e um trampolim. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 15, n. 30, p. 158-204, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/14989> Acesso em 10 de abr. 2024.

DAMINELLI, Camila Serafim. **Uma fundação para o Brasil Jovem**: FUNABEM, menoridade e políticas sociais para a infância e juventude no Brasil (1964-1979). 305 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 28, dezembro, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O Cuidado com a Verdade. In. **Ditos e escritos, volume V**: ética, sexualidade, política. Organização, seleção de textos e revisão técnica de Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017, pp. 234-245.

FREZZA, Marcia; MARASHIN, Cleci; SANTOS, Nair Silveira. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 313-323, 2009. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/cmPPmPBbj6mS3Tnpnyg3gD/>. Acesso em 10 de abr. 2024.

GAUDÊNCIO, Edmundo de Oliveira. **Sociologia da Maldade & Maldade da Sociologia**: arqueologia do bandido. 439 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura da participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/jBGbrMwxkJBxvytwVnz9Wcp/abstract/?lang=pt>

Acesso em 10 de abr. 2024.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens, v. 1**: da antiguidade à Era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens, v. 2**: a época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARGULIS, Mario & URRESTI, Marcelo. **La juventud és más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, no 41, p. 13-34. 2001.

NANDY, Ashis. Reconstruindo a infância: uma crítica à ideologia da idade adulta. In. **A imaginação emancipatória**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015.

PAPA, Fernanda de Carvalho & FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude em pauta:** políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da. Desafios dos feminismos na História do Brasil contemporâneo. **História (São Paulo)**, v. 41, e2022016, 2022.

REMOND, René. Do político. In. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 441-454, 2003.

ROSENBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In. FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016, pp. 205-228.

SCHUCH, Patrice. **Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes & CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./out./nov./dez 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/dH674czshpNpQDsJ8vsJHLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de abr. 2024.

ZORZI, Analisa et al. **Sociologia da Juventude**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

Submetido: 10/05/2024

Aprovado: 30/08/2024

Publicado: 12/11/2024